MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

4 de novembro de 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros CAPA
DATA 04 / 11 / 2016	Página 01	(X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

Rombo de R$ 1 bilhão

Roseana Sarney e mais 9 gestores denunciados por golpe de desvios em isenção de impostos

"O fato é que pagaram duas empresas ao mesmo tempo pelos mesmos serviços prestados

Paulo Roberto Ramos, promotor

Ministério Público do Maranhão explicou a Operação Simulacro, que investiga um esquema de fraude na concessão de isenções fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda a 190 grupos e empresas no período de 2009 a 2014, durante o governo de Roseana Sarney. Desfalque causou rombo de R$ 1 bilhão aos cofres públicos.

POLÍTICA

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 24 / 11 / 2016	Página 05	(X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

Esquema deu R$ 1 bi em prejuízo aos cofres públicos

Fraude na concessão de isenções fiscais pela Sefaz está sendo investigada pela Operação Simulacro. Dez pessoas foram denunciadas, incluindo a ex-governadora Roseana Sarney

TAYNÁ ABREU

Em coletiva de imprensa na manhã de ontem, o Ministério Público do Maranhão falou sobre a Operação Simulacro, que investiga um esquema de fraude na concessão de isenções fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) a 190 grupos e empresas, que junto com a compra de precatórios poderia ter causado um prejuízo de mais de R$ 1 bilhão aos cofres públicos do Estado.

Foram denunciados o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário adjunto da Administração Tributária, Aiko Valente Walkiyama; ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Sefaz, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edmilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Anturo Mendonza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney Murad; os ex-procuradores-gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado, Ricardo Gama Pestana.

> Tudo isso está devidamente documentado em auditorias feitas pela própria Secretaria de Fazenda. Todos os documentos assinados por várias auditorias, isso é inquestionável
>
> **Paulo Roberto Barbosa Ramos**, promotor

Ao todo, são duas denúncias, duas ações de improbidade administrativa e mais sete ações cautelares. As ações devem ser decididas em breve, de acordo com o Ministério Público, que espera uma posição do Judiciário para os próximos dias. As ações de improbidade administrativa se referem diretamente à concessão de benefícios fiscais a determinadas empresas, sob a "desculpa" de que os empreendimentos gerariam renda e empregos no Estado. Entretanto, benefícios de isenção fiscal devem ser concedidos a segmentos de mercado, e não a empresas específicas.

Para o promotor, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, havia uma "verdadeira festa" dos regimes especiais. "Você não pode conceder o benefício para um grupo, uma empresa específica, mas para todo o segmento. O que acontecia aqui é que se resolvia que iria conceder o regime para tal empresa e não havia controle na Secretaria sobre o tempo desse regime e nem sobre como seria. Foi por isso que nós ingressamos com uma ação de improbidade administrativa contra os dois secretários da Fazenda do Estado que à época concederam esses benefícios. O senhor Trinchão e o senhor Aiko".

Segundo o promotor, os dois secretários concederam "centenas de regimes especiais" que chegam a um prejuízo de R$ 410 milhões, entre 2009 e 2014. "Tudo isso está devidamente documentado em auditorias feitas pela própria Secretaria de Fazenda e Secretaria da Transparência. Todos os documentos assinados por várias auditorias, isso é inquestionável", disse Ramos. O próximo passo, segundo ele, será a quebra do sigilo bancário dos gestores públicos e das empresas.

Substituição de empresas de tecnologia

De acordo com o Ministério Público, o esquema fraudulento foi "aperfeiçoado" em outubro de 2013 com a substituição formal da empresa Auriga Informática e Serviços Ltda "em um nebuloso processo licitatório" pela empresa Linuxell Informática e Serviços Ltda. A Auriga continuou a prestar serviços por meio de um aditivo de contrato, enquanto a Linuxell também estava contratada para fazer o mesmo serviço. "O fato é que a Secretaria da Fazenda pagou ao mesmo tempo duas empresas por um mesmo serviço", disse o promotor Barbosa Ramos.

Máfia dos precatórios

Além dos regimes especiais, houve ainda, segundo o Ministério Público, a compensação de precatórios, que só foi legal no Estado entre os anos de 2002 e 2004. Entre 2004 e 2009, elas não ocorreram, segundo informações do promotor, mas voltaram com o ingresso de Cláudio José Trinchão na Sefaz, mesmo que já fosse ilegal. "Se transformou em uma festa com anuência dos procuradores-gerais do Estado Marcos Lobo e Helena Cavalcanti, e do adjunto Ricardo Gama, que assinaram parecer garantindo a regularidade dessas compensações mesmo sem existir uma lei específica, que é imposta pelo artigo 170 do Código Tributário Nacional. Isso contrariou o entendimento da própria Procuradoria Geral do Estado. A senhora governadora da época, Roseana Sarney, homologou esses acordos", explicou o promotor. O esquema movimentou mais de R$ 370 milhões.

Promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos

"É como se tivessem descoberto uma forma de produzir dinheiro em velocidade maior que a Casa da Moeda. Somente de 17 de abril de 2009 a 31 de dezembro de 2014, foram efetuadas 1.913 compensações. Isso mesmo. De praticamente nenhuma em toda história do Maranhão, como se em um passe de mágica, milhares de compensações em série passaram a ser feitas, tudo isso sem qualquer observação aos parâmetros legais e constitucionais e ainda utilizando-se de fraude", declarou Babosa Ramos.

Para o MP, a análise dos documentos e do processo de concessão "não deixam dúvidas", e são considerados não como indícios, "mas como provas" do envolvimento dos acusados. Ele explicou que entre as ações da "organização criminosa" foram realizadas "compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria para garantir essas operações tributárias ilegais e fantasmas, reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas".

Questionado sobre a possibilidade de prisão dos servidores envolvidos no esquema e também de empresários, o promotor disse não poder confirmar quantos ou quais dos envolvidos poderiam ser presos, mas que em breve seriam realizadas as medidas cabíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Caderno 2
DATA 04 / 11 / 2016	Página 01	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Operação Simulacro

Desvio por meio de fraude na concessão de isenções fiscais é de quase R$ 1 bilhão

Prática fraudulenta foi realizada pela Sefaz e beneficiou cerca de 190 empresas, entre 2009 e 2014, conforme o Ministério Público do Maranhão

LUCIENE VEIRIA

Devido a um esquema fraudulento para concessões de isenções fiscais, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz), a pelo menos 190 empresas, além de compensações tributárias ilegais, ações que teriam sido registradas nos anos de 2009 a 2014, os cofres públicos do Maranhão registraram um prejuízo de aproximadamente R$ 1 bilhão. No dia 21 de outubro deste ano, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) ofereceu denúncia à Justiça contra a ex-governadora Roseana Sarney Murad e mais dez ex-gestores, servidores públicos e demais envolvidos nas práticas criminosas. As informações foram passadas pelo titular da 2ª Promotoria de Justiça da Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, durante entrevista coletiva na manhã de ontem (3), no prédio da Procuradoria Geral da Justiça, localizado no bairro do Calhau.

De acordo com Paulo Roberto, o grupo que atuou no âmbito da Sefaz realizava compensações tributárias ilegais e, nessas ações, teria desviado cerca de R$ 410 milhões. Outro processo denunciado seriam os regimes especiais a empresas. Nessa ação, teriam sido desviados mais R$ 380 milhões. A soma destes valores e de mais outros processos que ainda estão em curso de investigação, conforme o promotor, resultariam no total de R$ 1 bilhão.

G. Ferreira

Representantes do MPE apresentam, à imprensa, detalhes das fraudes realizadas pela Sefaz no Governo Roseana Sarney

DENÚNCIAS

Conforme repassado pelo promotor Paulo Roberto, foram denunciados o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior, Euda Maria Lacerda, a ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney Murad; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcante Haickel; além do ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

As onze pessoas envolvidas são denunciadas por terem implantado um filtro no sistema da Sefaz, o que garantiu as operações tributárias ilegais e fantasmas. O filtro, de acordo com o promotor, mascarava as compensações realizadas muito a cima dos valores decorrentes do acordo homologado judicialmente.

Houve também, conforme o Ministério Público, a reativação de parcelamento de débitos de empresas que jamais pagavam as parcelas devidas. E, com a finalidade de que fosse garantida a continuidade das práticas delituosas, indevidamente se fazia a isenção de protocolos das empresas em delito do banco de dados, além da contratação irregular de empresas especializadas na prestação de serviços de tecnologia da informação.

REGIMES ESPECIAIS

Significa qualquer tratamento diferenciado, adotado em casos peculiares, em relação às regras gerais de exigências do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (Icms), que facilita o cumprimento das obrigações tributárias pelo contribuinte. Só que os regimes especiais deveriam ser concedidos a um determinado segmento, e não para uma empresa específica. Também eram feitos arbitrariamente, sem o consentimento da lei, e não seguiam a nenhum procedimento administrativo, as concessões não tinham controle, e, por conta disso, não eram divulgadas no Diário Oficial. "Trinchão e Akio concediam arbitrariamente concessões às empresas para que elas supostamente pudessem se envolver em empreendimentos e, partir daí, fazer com que o estado tivesse uma renda e possibilidade de empregabilidade. Acontece que as ações de regimes especiais não passavam por procedimentos administrativos e não foram divulgadas no Diário Oficial. Queremos saber o porquê de apenas 190 empresas serem contempladas e o porquê das ações serem feitas sem seguir trâmites burocráticos e institucionais", disse Paulo Roberto.

Os regimes especiais deram um prejuízo de R$ 410 milhões para a receita do Estado.

COMPENSAÇÕES PRECATÓRIAS

São dívidas reconhecidas, no âmbito judicial, pelo Estado em relações a particulares (empresas), e essa dívida entra em uma fila, havendo uma ordem cronológica para pagamento, sendo que quem determina a data do pagamento é o Tribunal de Justiça.

No Maranhão, a partir do período de 2002 houve um acordo do governo do Estado com a empresa Camargo Corrêa para que fosse paga uma dívida, "supostamente" de precatórios, pois o Governo não seguiu os trâmites necessários, aprovando, na época, na Assembleia Legislativa, uma lei (nº 7.765 de 2002) especial para que o suposto acordo fosse reconhecido. Desse acordo teriam sido pagos R$ 40 milhões, sendo um montante de R$ 123 milhões seriam compensados por precatórias, podendo a Camargo Corrêa negociar os precatórios com terceiros.

Em 2004, a lei teria sido revogada, sendo que a partir deste ano não poderiam existir mais as compensações, e, de fato, segundo o Ministério Público, elas não teriam ocorrido até o ano de 2009.

Só que, na gestão de Cláudio Trinchão, teria sido assinado um parecer reconhecendo a possibilidade de realização da compensações, mesmo sem a existência de uma lei específic E a ex-governadora Roseana Sarney homologou os acordos A partir de então, os R% 123 milhões da Camargo Corrêa teriam sido compensados e avançaram para além desse valor, pois não havia o control dos procedimentos, dando aí a lacuna para os desvios, facilitado pelo filtro instalado no sistema da Sefaz. "A governadora foi conivente por ter homologado um acordo sabendo que não existe uma lei estadual que permite a compensação de precatórias", pontuou o promotor.

OUTRA OUSADIA

O Ministério Público enfatizo que o esquema de fraude teria sido aperfeiçoado a partir de 15 de outubro de 2013, quando uma empresa de Informática foi formalmente substituída por outra em "um nebuloso processo licitatório" A informação obtida pela reportagem do Jornal Pequenc foi de que a empresa substitui continuou a prestar os seus serviços, por meio de um aditivo contratual, ao mesmo tempo em que a outra empres estava formalmente contratad para prestar o mesmo serviço. Ainda de acordo com o promotor, o MP teria evidenciado que alguns funcionários da terceirizada eram, ao mesmo tempo, comissionados da Sefaz. Paul Roberto disse ter documentos que comprovam o ato de contratação de todos esses funcionários feito pela ex-governadora, assim como o at de exoneração realizado pelo governador Flávio Dino. Segundo o promotor, até a próxima semana, deverá ser quebrado o sigilo das contas bancárias dos denunciados. E, ainda nos próximos dias, o Ministério Público crê que o Judiciário se manifestará em relação às denúncias feitas no dia 21 de outubro e divulgadas na quarta-feira (1º de novembro).

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 04 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Ex-procurador rechaça envolvimento em fraude tributária no MA

Marcos Lobo afirmou que deu apenas um parecer técnico em caso de compensação e com base numa decisão judicial já transitada em julgado

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O ex-procurador-geral do Estado Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo rechaçou envolvimento num suposto esquema de concessão de isenções fiscais na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), apontado pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, que tem como titular o promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos.

Marcos Lobo concedeu entrevista exclusiva ontem a **O Estado**, na qual esclareceu ter dado apenas um parecer técnico em caso de compensação no período em que atuou na função de procurador-geral de 2009 a 2010.

Ele classificou a denúncia – em relação à sua suposta participação no esquema - como indevida e frágil.

"Fui procurador do Estado de abril de 2009 a maio de 2010 e neste período aconteceu de eu elaborar apenas um parecer sobre caso específico de compensação. As empresas que tinham recolhido o maior imposto estavam pleiteando a compensação, ou seja, deixar de recolher ou transferir este direito a terceiros, ressaltando que esse direito de repetição do indébito foi reconhecido judicialmente. O Poder Judiciário reconheceu em decisão transitada em julgado. Ou seja, eles tinham direito a fazer a compensação direta ou receber isso mediante precatório", explicou.

Marcos Lobo afirmou que, a partir da decisão judicial transitada em julgado em favor da empresa, elaborou o parecer técnico, função que cabia à Procuradoria-Geral do Estado.

"A partir daí, elaboramos o parecer, dizendo que efetivamente eles tinham o direito, uma redundância, uma vez que já havia o reconhecimento judicial, transitado em julgado, e o Estado impôs algumas condições para que fosse feito esse acordo. No acordo, a compensação deveria ser feita parceladamente e não integral – embora eles tivessem direito de fazer legalmente pelo Código Tributário, a compensação integral -, e que não incidisse juros de mora, correção monetária e que o estado fosse dispensado de pagar honorários", explicou.

Depois do parecer, ele informou que o acordo foi encaminhado à Justiça para a homologação, e somente depois disso foram feitos os trâmites administrativos na Sefaz. "Minha atuação foi apenas de parecerista. Eu dei apenas um parecer técnico, ou seja, eu emiti uma opinião técnica sobre a matéria. E pelo que vi nos meios de comunicação até o momento, não houve qualquer desconstrução ou contestação a esse meu parecer", disse.

Prescrita

O ex-procurador-geral do Estado considerou indevida a inclusão de seu nome na ação de autoria do Ministério Público.

"A acusação é indevida por dois aspectos. Primeiro: eu atuei como parecerista, dei apenas um parecer. Não cometi atos administrativos. Segundo: eu deixei a procuradoria em 2010, há mais de 6 anos. Ou seja, não faz sentido se ajuizar uma ação de improbidade depois de cinco anos. Aí já existiu uma prescrição. Estou sendo processado por improbidade, por um ato que a própria lei diz que já teria prescrito", completou.

Marcos Lobo afirmou que não havia sido notificado pela Justiça em relação à ação de improbidade

Arquivo

Ex-procurador Marcos Lobo classifica a denúncia como indevida e ilegal

INDIGNAÇÃO

Roseana reafirma legalidade de atos

A ex-governadora Roseana Sarney reagiu indignada à notícia da ação, da qual afirma ter tomado conhecimento pela imprensa. "Tenho absoluta convicção de que todos os meus atos foram tomados dentro da mais absoluta legalidade. Não houve qualquer ato meu que não tivesse o parecer da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão, que deve ser o trâmite normal de um governador", declarou. Sobre as nomeações que fez, afirmou que "agiu dentro das muitas funções que cabem ao líder do Executivo, sem parcialidade ou intenções pessoais".

Roseana atribuiu o modo como se deu a ação e sua divulgação a "uma clara intenção política". "Não imaginei que a ambição política no Maranhão chegasse a esse ponto, de atacar covardemente e denegrir adversários. Nunca tive essa postura em minha vida pública", finalizou.

MP esclarece denúncia de desvios na Sefaz

O procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e o titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, esclareceram ontem, em entrevista coletiva realizada na sede do Ministério Público (MP), a denúncia de esquema de concessão de isenções fiscais na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

Gonzaga afirmou que o processo já está em fase de instrução e disse que as investigações apontam para um prejuízo de R$ 410 milhões aos cofres públicos.

Foram denunciados o ex-secretário de Estado da Fazenda Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Sefaz Raimundo José Rodrigues do Nascimento, o analista de sistemas Erimilson Santos Abid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Roque Júnior; Euda Maria Lacerda; a ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney Murad; os ex-procuradores gerais do Estado Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel, e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão Ricardo Gama Pestana.

De acordo com o promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos, entre as ações delituosas da organização, que constam na denúncia, há compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria para garantir essas operações tributárias ilegais e fantasmas, ocultação de parcelamento de débitos de empresas que não pagavam as parcelas devidas, exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados e contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas delituosas.●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 02	( ) Gerada (X) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

MP quer transferência de pacientes do Hospital Presidente Vargas

Conforme a Promotoria de Saúde, com base em visitas à unidade, não estariam sendo oferecidas as condições ideais de tratamento após falha no sistema de oxigênio

Pacientes da UTI do Hospital Estadual Presidente Vargas devem ser transferidos por sugestão do Ministério Público, por falta de condições da unidade

O Ministério Público do Maranhão (MP) recomendou a transferência de pacientes internados em leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Estadual Presidente Vargas, em São Luís. De acordo com o MP, com base em visitas feitas à unidade de saúde, o poder público não estaria oferecendo as condições ideais de tratamento após uma falha no dia 13 do mês passado – confirmada a O Estado pela Promotoria de Saúde – no sistema de oxigênio que alimenta a UTI.

Segundo o MP, a solicitação de transferência tem como base uma fiscalização, realizada no hospital pela Vigilância Sanitária do Município. "Após esta constatação, o Ministério Público decidiu fazer a recomendação, já que, segundo a Vigilância [Sanitária], o local não reuniria as condições necessárias para receber pacientes", disse a promotora de Saúde, Maria da Glória Mafra.

Mortes

Por causa da pane, o MP também investiga a morte de pelo menos seis pacientes, ocorridas nas últimas semanas, no Hospital Presidente Vargas. A apuração seria necessária para saber se os óbitos têm relação ou não com a pane ou possíveis falhas no sistema em decorrência do problema. "É uma apuração complexa e necessita de toda a atenção e cuidado do Ministério Público do Estado, já que se trata de uma unidade responsável pelo tratamento de muitos pacientes", disse a promotora de Saúde.

De acordo com a promotora, as declarações de óbito dos pacientes e os prontuários foram solici-

Transferência tem como base fiscalização

MP investiga a morte de pelo menos seis pacientes

tados junto à Secretaria de Estado da Saúde (SES), que, por sua vez, repassou as informações. Os documentos estão sendo analisados e, caso seja comprovada a relação da pane com as causas dos óbitos, será gerado um processo criminal. "Dependerá da responsabilização dos entes envolvidos e se seria uma situação que envolveria uma possível negligência do Estado ou de algum funcionário", explicou Maria da Glória Mafra.

Segunda opção

O MP informou ainda que, caso a transferência dos pacientes não seja possível, outra opção é a viabilidade técnica da UTI.

"Se o Estado alegar que, por exemplo, não há como transferir os pacientes devido à falta de vagas na rede, outra opção seria viabilizar as condições técnicas necessárias para que a Unidade de Terapia Intensiva funcione, incluindo equipamentos que impeçam novas panes no sistema de oxigênio", disse a promotora.

Resposta

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou, em nota que está realizando serviços de reforma na usina de oxigênio do Hospital Presidente Vargas, segundo exigências do relatório da Vigilância Epidemiológica e Sanitária Municipal. Atualmente, a usina passa por testes.

A SES ressaltou que os leitos de UTI não estão bloqueados, mas foram transferidos, provisoriamente, para uma ala do Hospital Carlos Macieira, sendo ocupados por pacientes com necessidades de leitos de UTI no Hospital Presidente Vargas. Por fim, a SES comunica, ainda, que trabalha na apuração das causas nas duas mortes de pacientes que estavam na UTI, no dia 13 de outubro, e investiga se há alguma ligação entre os óbitos e o referido problema na usina. ●

RELEMBRE

Após a pane, no dia 17 do mês passado, a Promotoria de Saúde visitou o Hospital Presidente Vargas. Na ocasião, a promotora Glória Mafra protocolou uma Ação de Obrigação de Fazer em favor de um paciente, de 61 anos de idade, que estava internado na UTI da unidade. De acordo com o MP, a medida foi necessária, pois o paciente necessitava de "cuidados especiais".

> "É uma apuração complexa e que necessita de toda a atenção e cuidado do Ministério Público do Estado, já que se trata de uma unidade responsável pelo tratamento de muitos pacientes"
>
> **MARIA DA GLÓRIA MAFRA,** promotora de Saúde

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Estado
DATA 04 / 11 / 2016	Página 06	(X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

São Vicente Férrer

Prefeita, pregoeiro, secretários e empresários são alvos de ações por fraudes em licitações

O Ministério Público do Maranhão propôs, nos dias 24 e 27 de outubro, três Ações Civis Públicas por ato de improbidade administrativa contra a prefeita de São Vicente Férrer, Maria Raimunda Araújo Sousa, e o pregoeiro Manoel da Anunciação Rocha, devido a fraudes em três licitações ocorridas no ano de 2013. As manifestações ministeriais foram formuladas pela promotora de justiça Alessandra Darub Alves.

Os procedimentos licitatórios irregulares tiveram como objeto a contratação de empresas para fornecimento de material gráfico, combustível e gêneros alimentícios e causaram prejuízos, respectivamente, de R$ 443.995,00, R$ 158.330,00 e R$ 427.560,00.

MATERIAL ESCOLAR

Na primeira ação, que apontou irregularidades na contratação de empresa para fornecimento de material gráfico para o Município também são réus o empresário Menésio Martins Rodrigues e a empresa São Luís Brandes Gráfica e Editora Ltda.

A Promotoria de Justiça da Comarca de São Vicente Férrer apurou que o pregão presencial nº 17/2013 para a contratação da referida empresa apresentou diversas falhas como ausência de pesquisa de preços do mercado, inexistência de comprovante de empenho, ausência de justificativa por autoridade competente da necessidade de contratação e não publicação do edital no Diário Oficial e em jornal de grande circulação.

Segundo a promotora de justiça, o Município contratou o serviço de material gráfico sem observar as regras licitatórias. "O procedimento realizado pelo Município de São Vicente Férrer demonstra direcionamento e prejuízo ao erário por absoluta ausência de competitividade", frisou Alessandra Darub Alves.

COMBUSTÍVEL

Na segunda, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de combustível para a prefeitura, igualmente são alvos a empresária Evelyn de Almeida Ribeiro Mouzinho e a empresa E. DE A. Ribeiro Mouzinho (Posto Aparecida).

Foram verificadas as seguintes irregularidades no pregão presencial nº 003/2013: termo de referência sem assinaturas, ausência de pesquisa de preços de mercado, inadequação dos documentos da empresa vencedora, ausência de publicação do edital no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, inexistência de comprovante de empenho e ausência de justificativa de autoridade competente da necessidade de contratação.

Para Alessandra Darub, não existe justificativa convincente de que a empresa vencedora do certame fosse a melhor, porque não houve disputa. "A participação dos réus é evidente. Eles simularam a realização do pregão, direcionando a licitação, não havendo como sustentar a obtenção de preço justo ao Município de São Vicente Férrer", afirmou, na ação, a promotora de justiça.

ALIMENTOS

Na outra, que trata da contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, são requeridos a empresária Izabelle Ferreira de Oliveira (proprietária da empresa I.F de Oliveira Comércio-ME), o secretário municipal de Educação, Esporte e Lazer, Vicente Arouche Santos, e o secretário de Assistência Social, Renda e Cidadania, Luiz Gonzaga Pinto Soares.

O Ministério Público identificou, no pregão presencial nº 10/2013, diversas ilegalidades, entre as quais ausência de pesquisa de preços de mercado, ausência de publicação do edital no Diário Oficial e em jornal de grande circulação e inexistência de comprovante de empenho.

PEDIDOS

Como medida liminar, o MPMA solicita à Justiça que determine a indisponibilidade dos bens dos réus e a nulidade dos pregões e dos referidos contratos firmados com o Município.

Também requer a condenação de todos os demandados por práticas de ato de improbidade administrativa por ofensas aos artigos 10 e 11, da Lei nº 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), aplicando as penalidades previstas no artigo 12 desta lei, cujas sanções são: ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Quanto às empresas, a Promotoria de Justiça de São Vicente Férrer pede a condenação delas e a aplicação das penas previstas no artigo 19, da Lei Anticorrupção: perda dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração; suspensão ou interdição parcial de suas atividades; dissolução compulsória da pessoa jurídica; proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo Poder Público, pelo prazo mínimo de um e máximo de cinco anos.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Revenda de gás de cozinha na Ilha será fiscalizada

Suspeita de revenda clandestina está sendo apurada pelo Procon/MA, que este ano realizou a *Operação com Todo Gás*, notificando 50 revendedoras de gás de cozinha em todo o estado

O Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA) realiza, no dia 23 deste mês, às 14h, uma audiência pública, no Palácio Henrique de La Rocque, em São Luís, sobre suspeitas de revenda clandestina de gás de cozinha no Maranhão. Desde o início do ano, os consumidores têm denunciado revendedoras por suspeita de aumento abusivo nos preços que alcançam até R$ 70.

Além do Procon, estarão presentes na audiência pública representantes da 1ª Promotoria de Justiça da Capital, Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Associação dos Revendedores de GLP do Maranhão, Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão (Inmeq-MA) e as revendedoras de combustíveis que já foram convocadas.

Segundo o presidente do Procon, Duarte Júnior, a audiência é um momento importante de diálogo entre consumidores e fornecedores e, também, de articulação dos órgãos competentes. "O aumento, até então injustificado, foi verificado, nos últimos meses, em pelo menos dez municípios como Itapecuru-Mirim, Balsas, Santa Inês, Pedreiras, Caxias e outros, o que se configura como prática abusiva e gera onerosidade excessiva ao consumidor", informou.

Venda abusiva do gás de cozinha está sendo fiscalizada pelos técnicos do Procon/MA nas distribuidoras

Duarte Júnior disse que, na audiência, o Procon vai mobilizar todos os órgãos de fiscalização diante da forte demanda que o órgão tem recebido. A meta é garantir uma resposta significativa e efetiva em prol da plena harmonia nas relações de consumo. Ele destaca, ainda, que a participação da comunidade é importante para o maior subsídio das ações, bem como na participação dos debates.

Valor do aumento abusivo praticado por algumas distribuidoras

Entenda o caso

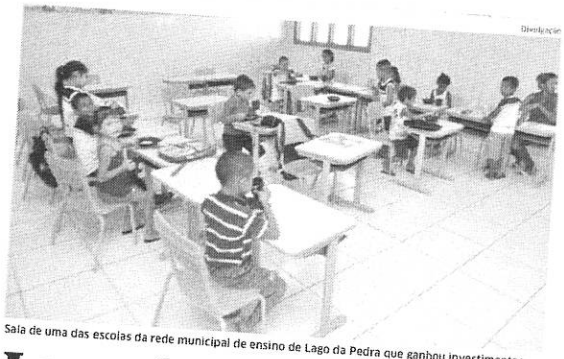
Este ano, a *Operação com Todo Gás* notificou 56 revendedoras de gás de cozinha em todo o estado a apresentar justificativas para os preços praticados. De acordo com as reclamações que chegaram ao Procon, há uma diferença de preços entre R$ 35 e R$ 80 por botijão nos municípios de Santa Inês, Itapecuru-Mirim, Açailândia, Barreirinhas, Caxias, Codó, Pinheiro, Viana, Pedreiras e Timbiras.

Após a notificação, revendedoras de Itapecuru-Mirim e Santa Inês chegaram a aumentar novamente o preço do gás de cozinha na cidade. Porém, o reajuste foi suspenso por determinação do Procon até que a investigação sobre os preços seja concluída.

No início deste mês, a Petrobras anunciou um aumento de apenas R$ 0,20 para o preço do botijão de 13 kg. A estimativa é de que um aumento de, no máximo, R$ 0,70 seja repassado ao consumidor, levando em conta os custos das distribuidoras. Por isso, o consumidor pode fazer uma denúncia ao Procon caso suspeite de abusividade, por meio do site ou aplicativo do Instituto, ou ainda em quaisquer das 29 unidades físicas do Procon presentes em todas as regiões do estado.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa



Sala de uma das escolas da rede municipal de ensino de Lago da Pedra que ganhou investimentos

Lago da Pedra supera meta do Ideb e da média estadual

Município tem 4,5 no índice de Desenvolvimento da Educação Básica, cuja meta era 4,2; são 0,3 pontos a mais

LAGO DA PEDRA

Lago da Pedra comemora mais uma conquista na área da educação. O município superou a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e a qualidade do ensino ultrapassou a média estadual. Lago da Pedra é a quarta maior cidade da Microrregião do Pindaré (superada por Santa Inês, Santa Luzia e Buriticupu.

De acordo com os dados divulgados pelo Governo Federal, o município teve nota 4,5 no Ideb, cuja meta era 4,2, são 0,3 pontos a mais do que o esperado. Na escala do Ministério da Saúde (MEC) a classificação representa grande crescimento, a ponto de posicionar o município dois anos à frente da meta estabelecida pelo ministério.

A nota 4,5, coloca Lago da Pedra na dianteira até mesmo da projeção estadual, que tinha por meta 4,6 e atingiu apenas 4,3 no 5º ano.

"Isso reflete o resultado do trabalho feito, principalmente por nossos professores em sala de aula. Esse resultado mostra que Lago da Pedra é um município que está crescendo em todas as áreas, de modo especial na educação. Os investimentos feitos mostram que estão sendo corretos, que estamos no caminho certo", disse a secretária municipal de Educação, Laudicéia Arruda.

Para a secretária, a nota obtida por Lago da Pedra demonstra que a prefeita Maura Jorge (DEM) acertou ao investir na infraestrutura educacional, na valorização dos profissionais da educação e no fortalecimento da relação escola/família.

Investimento

"Este número nos alegra pois é a prova de que nossos investimentos na educação estão surtindo efeitos e os nossos alunos aprendendo. Tenho certeza de que hoje a educação da rede pública municipal é referência para o estado", ressaltou a prefeita.

Tratar a educação do município como prioridade tem sido a postura adotada pela prefeita desde o início de sua gestão, e mesmo agora prestes a concluir seu segundo mandato, Maura Jorge continua a desenvolver ações que promovam a melhoria da educação pública do município.

Na semana passada, a prefeita fez a entrega de mobiliário, na Creche Marcos da Silva Ramos, e equipamentos do Programa Proinfância, uma parceria com o Governo Federal, além de computadores interativos para 16 escolas da rede municipal. São equipamentos que vão contribuir para melhorar ainda mais o ambiente escolar e promover a aprendizagem mais dinâmica.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma entidade pública federal vinculada ao Ministério da Educação, em 2007.

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep.

O Ideb reúne em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente.

Políticas públicas

O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica.

O PDE estabelece, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 - média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. ●

MAIS

IDEB é indicador nacional

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias.

NA WEB

Mais notícias de **Cidades** em **oestadoma.com**

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Atos, Fatos e Bastos
DATA 04 / 11 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Carolina

Município e prefeito são condenados por irregularidades em matadouro

O Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA) obteve uma liminar na ação civil movida contra o município de Carolina e o prefeito Ubiratan da Costa Jucá, em razão de irregularidades trabalhistas encontradas no matadouro municipal. Os dois réus foram condenados a pagar, juntos, R$ 200 mil de indenização por dano moral coletivo e a cumprir 11 obrigações de fazer para regularizar o meio ambiente de trabalho no matadouro público.

De acordo com o procurador do Trabalho Ítalo Ígo Ferreira Rodrigues, da Procuradoria de Imperatriz, uma ação fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego constatou que o local não possuía condições sanitárias em espaços como vestiário, banheiro, lavanderia e bebedouro; os trabalhadores não recebiam equipamentos de proteção individual (EPI); não houve análise ergonômica do trabalho, resultando na exposição dos empregados responsáveis pelo transporte manual de cargas a riscos de saúde, entre outras irregularidades.

Em caso de descumprimento da sentença, os réus pagarão R$ 5 mil por item desrespeitado, acrescidos de R$ 1 mil por trabalhador exposto à infração. Segundo o juiz, os R$ 200 mil de dano moral poderão ser revertidos para instituições e programas sociais mantidos pelo Município de Carolina. Da decisão, cabe recurso.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos (X) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 04/ 11 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Santa Casa de Cururupu receberá melhorias em parceria com o Governo do Estado

Equipes das Secretarias de Estado de Saúde (SES) e Infraestrutura (Sinfra) realizaram uma vistoria na Santa Casa de Misericórdia de Cururupu, na região da Baixada Maranhense, a 453km de São Luís. Com a vistoria foi possível fazer um levantamento das necessidades emergenciais da unidade para que seja realizada a parceria anunciada pelo governador Flávio Dino no último dia 29.

Durante a visita técnica, realizada no dia 1º deste mês, foram identificados pontos de intervenção na estrutura física da casa de saúde, como a reforma do telhado e forro do pavilhão central, revisão nas instalações elétricas, reforma da ala das enfermarias, troc[illegible] transformador elétrico, perfuração de um poço artesiano, [illegible]forma completa do centro cirúrgico, aplicação de piso emborrachado nas rampas de acesso, implantação da rede de gases medicinais e adequação e reforma da cozinha, sala vermelha, das áreas de embarque e desembarque e a instalação da brigada de combate a incêndio.

As obras devem ser realizadas em três etapas com a primeira iniciando ainda este ano. Além da estrutura física, a parceria com o Governo do Estado aumenta de R$ 360 mil para R$ 460 mil o convênio com a Santa Casa de Misericórdia de Cururupu, que passa a manter o custo de médicos especialistas, compra de medicação, máquinas, dentre outras ações importantes para o atendimento da população.

"Vamos colocar mais médicos para trabalhar na Santa Casa imediatamente. Além disso, o Governo do Estado colocará para funcionar o mamógrafo e o tomógrafo que estão parados. Nesta visita, recebemos uma lista de equipamentos novos que o hospital está precisando e vamos atender essa demanda", garantiu o governador Flávio Dino, com o anúncio feito no dia 29.

O provedor da Santa Casa, Alcides Tavares, falou da importância da visita do governador e dos investimentos anunciados. "Temos em nossa região, o Hospital de Pinheiro e a Santa Casa, juntas essas unidades de saúde atendem a população de mais de dez municípios da região. Sem receber auxílio dos governos anteriores, a Santa Casa já não podia oferecer atendimento digno para a população. Agora, essa parceria com o Estado nos dá a certeza de que o governador zela pela saúde dos maranhenses", explicou Alcides Tavares.

Escutas Territoriais

A necessidade de revitalização da Santa Casa de Misericórdia de Cururupu foi apresentada pela população durante as escutas territoriais realizadas na região da Baixada Maranhense pelo Governo do Estado. As escutas territoriais foram realizadas em todas as regiões do Maranhão e integram as ações para desenvolvimento da gestão participativa.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos (X) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Últimas
DATA 04/ 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Praias mantiveram boas condições de balneabilidade durante o mês de outubro

O resultado satisfatório vem se repetindo e representa o trabalho ininterrupto realizado pelo Governo do Maranhão, por meio de investimentos para despoluir os rios e praias da Ilha de São Luís

O Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema), atestou, com base no laudo de balneabilidade, que durante o mês de outubro as praias São Luís e São José de Ribamar mantiveram boas condições de balneabilidade. O resultado satisfatório vem se repetindo e representa o trabalho ininterrupto realizado pelo Governo do Maranhão, por meio de investimentos para despoluir os rios e praias da Ilha de São Luís.

"As ações que estão sendo realizadas pela Sema, tais como coletas e análises de amostras de água nas praias de São Luís e trecho de São José de Ribamar, estão sendo intensificadas nos equipamentos instalados na orla e área de influência que lançam esgoto sanitário in natura nas praias e rios. As intervenções que estão sendo realizadas pela Caema estão contribuindo para a melhoria das condições de balneabilidade em 100% dos 21 pontos investigados pela Secretaria", explica o secretário de Estado de Meio Ambiente, Marcelo Coelho.

As amostras foram coletadas por técnicos do Laboratório de Análises Ambientais (LAA) da Sema. Todos os pontos apresentaram níveis de Escherichia coli abaixo do que determina a Resolução nº 274/00, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que considera águas das praias próprias para o banho quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras, obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, e colhidas no mesmo local, houver, no máximo, 800 Escherichia coli por 100 mililitros. Neste caso, os números estão abaixo de 200, o que significa que foi atingida, de acordo com a Conama, a categoria Excelente.

Laudos atestaram durante o mês de outubro que praias estão próprias para banho

As águas das praias serão consideradas impróprias quando não atenderem a esse critério ou quando em mais de 20% de um conjunto de amostras coletadas nas últimas cinco semanas anteriores, no mesmo local, for superior a 800 Escherichia coli por 100 mililitros ou quando, na última coleta, o resultado for superior a 2.000 Escherichia coli por 100 mililitros.

Pontos de coleta nas praias - As amostras são coletadas nas praias Ponta d'Areia (ao lado do Forte Santo Antonio, em frente ao Edifício Herbene Regadas, atrás do Hotel Praia Mar, atrás do Bar do Dodô, em frente à Praça de Apoio ao Banhista e em frente ao Hotel Brisa Mar); São Marcos (em frente aos Bares Do Chef e Marlene's, em frente à Barraca da Marcela, em frente ao Agrupamento Batalhão do Mar, em frente ao Ipem e ao Bar Kalamazoo e Foz do Rio Calhau); Calhau (à direita da elevatória II da Caema; em frente à Pousada Tambaú; em frente ao Bar Malibu); Olho d'Água (à direita da Elevatória Iemanjá II e a direita da Elevatória Pimenta I); Praia do Meio (São José de Ribamar) e Araçagi (São José de Ribamar).

MAIS SANEAMENTO - Desenvolvido por meio da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), o programa Mais Saneamento está impactando diretamente na recuperação da balneabilidade das praias. A partir do Mais Saneamento foram realizadas as obras de despoluição do Rio Pimenta, inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Vinhais, despoluição do Rio Claro e do Rio Calhau, construção da ETE do Anil, reforma das duas ETEs já existentes, instalação de redes coletoras e interceptores e construção de estações elevatórias de esgoto.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	
( ) Debate	( ) O quarto poder	(X) Outros Opinião
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 04 / 11 / 2016	Página 04	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

EDITORIAL

Número de casos de estupro assusta

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulga que, de acordo com os boletins de ocorrência policial, a cada 11 minutos e 33 segundos uma pessoa é estuprada no Brasil. No Maranhão, em média, 2,8 casos de estupro são registrados por dia nas delegacias especializadas. Mais estarrecedor é saber que o índice é 10 vezes maior, se se levar em conta que o estupro é o crime que tem a maior taxa de subnotificação do mundo.

Muitas mulheres não registram o crime por várias razões, dentre elas, o medo de sofrer represálias e a crença de que a polícia não poderia fazer nada ou não se empenharia no caso. Um absurdo.

Embora o dado geral represente redução de quase 10% em relação a 2014, o Fórum não leva em conta, pois continua sendo assustador o número de casos registrados. Há especialistas em psicologia, sociologia e segurança que acreditam que o número de casos de estupro pode até ser reduzido se a forma de combater a violência sexual contra a mulher for mudada com a revisão da legislação específica e implemento na educação.

A vítima de estupro, segundo os estudiosos do assunto, precisa de coragem para fazer a denúncia e leva-la adiante. Parte disso pode ser explicada pela postura das instituições brasileiras, que fazem o estupro ser o único crime no qual a vítima precisa provar que não tem culpa. Há até quem diga que, do momento em que uma mulher é estuprada em diante, ela continua sendo violentada pelo Estado.

No Maranhão, em média, 2,8 casos de estupro são registrados por dia nas delegacias especializadas

Sempre perguntam qual roupa ela vestia, se estava bêbada ou andando na rua tarde da noite. Perguntas sem sentido para quem acabou de ser vítima de um crime de tamanha relevância. Soma-se a isso o fato de a vítima ter de relatar diversas vezes o ocorrido e rememorar a vivência traumatizante.

É aí que a mulher acaba desistindo de denunciar tal crime para não sofrer ainda mais. Muitas mulheres nem procuram ajuda das autoridades por receio de constrangimento. Muitos casos são praticados por alguém de sua convivência. Então ou a mulher terá medo do agressor ou ela se sentirá culpada. Tudo isso acaba em um pequeníssimo número de casos sentenciados. Um grande número de ocorrências são arquivadas, cerca de 71%.

Mais preocupante é saber que depois de tantos momentos constrangedores e de medo, a vítima ainda tem de se encontrar com o agressor para confrontar a versão dele, caso o réu seja denunciado e processado. Além disso, no geral, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, o que indica que o principal inimigo está dentro de casa e que a violência nasce dentro dos lares. Como conviver com isso tudo e ficar sem se preocupar?

De acordo com o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 213 (na redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009), estupro constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Para qualquer um desses casos, a pena vai de 6 a 10 anos de reclusão. A hora é de as autoridades refletirem.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida (X) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 05	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Negado pedido de suspensão das provas do Enem

Ocupação nas escolas motivou pedido do MPF do Ceará na quarta, 2; ação foi julgada ontem em caráter liminar

BRASÍLIA

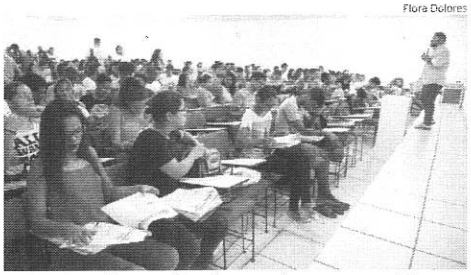
A Justiça Federal no Ceará negou, ontem, o pedido do Ministério Público Federal (MPF-CE) de suspensão das provas do Enem 2016 previstas para ocorrer amanhã e domingo, 5, em todo o país. Na decisão, de caráter liminar, a juíza Elise Avesque Frota diz que, "apesar da diversidade de temas que inafastavelmente ocorrerá com a aplicação de provas de redação distintas, verifica-se que a garantia da isonomia decorre dos critérios de correção previamente estabelecidos". A juíza argumenta ainda que, nos critérios de correção, "há ênfase na avaliação do domínio da língua e de outras competências que não têm 'o tema' como ponto central".

O procurador Oscar Costa Filho, que fez o pedido de adiar o exame por conta da ocupação dos locais de prova, disse que vai insistir na suspensão da validade da nota da redação até que seja julgado o mérito da questão. Ontem, o procurador propôs essa alternativa à Justiça.

Pedido de suspensão

Costa Filho havia pedido na quarta-feira, 2, a suspensão do Enem em todo o Brasil devido à ocupação em escolas onde mais de 191 mil candidatos fariam a prova. De acordo com o MEC, essas pessoas fariam a prova em nova data, 3 e 4 de dezembro. O procurador da República no Ceará entendeu que, devido à teoria de resposta ao item, os candidatos fariam a prova com o mesmo nível de dificuldade, mesmo em datas e com exames diferentes. No entanto, conforme o procurador, a redação com temas diferentes traria desequilíbrio na seleção, o que "fere a isonomia" do concurso.

Flora Dolores



Cursinhos intensificaram o ritmo de preparação para as provas do Enem

MAIS

Segurança

O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizam coletiva de imprensa hoje, a partir das 11h, em Brasília, para a apresentação do sistema de monitoramento da segurança do exame. O procedimento foi realizado pelo Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN).

MEC

Em nota, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que solicitou à Advocacia Geral da União (AGU) que apresente para a Justiça Federal os fatos que demonstram o grave equívoco na argumentação apresentada pelo procurador Oscar Costa Filho.

Segundo o MEC, "todo ano o Enem realiza dois tipos de prova e, consequentemente, duas redações. As provas do Enem têm o mesmo princípio da equivalência garantindo igualdade de condições a todos os inscritos". Por fim, o MEC diz lamentar "qualquer tentativa que venha gerar insegurança e tumultuar um exame que afeta a vida de 8,6 milhões de estudantes e seus familiares".

Em São Luís, candidatos intensificam preparação

Os candidatos que se submeterão amanhã e domingo, 5, em São Luís ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) intensificaram o ritmo de estudos, faltando pouco tempo para as provas. Os cursinhos preparatórios da cidade estão com as turmas lotadas e, mesmo com a indefinição judicial desta semana que por pouco não cancelou o exame, os estudantes mantiveram a carga de revisões dos conteúdos.

Em um cursinho preparatório no bairro Monte Castelo, em São Luís, os quatro auditórios do prédio estavam com lotação máxima. Física, Matemática e Química são as disciplinas que mais preocupam os candidatos. "Eu tenho muita dificuldade em matérias de cálculo. Por isso, nesta última semana, estou intensificando os exercícios em disciplinas que tenham isso como exigência", disse o estudante Marcos Aurélio, de 17 anos, que fará o Enem na capital maranhense pela primeira vez.

Já a estudante do curso de Ciências Contábeis, Katiane Ribeiro, disse a que, ao contrário da maior parte da concorrência, tem afinidade com as disciplinas que exigem operações matemáticas. "Eu sempre gostei mais destas disciplinas e já faço um curso em uma área com esta exigência. Quero agora fazer o Enem para tentar uma vaga em Engenharia Civil", afirmou.

O professor de Física Luís Alfredo disse que os estudantes devem seguir algumas dicas, caso tenham dificuldade em disciplinas de cálculo. De acordo com ele, não basta apenas memorizar as fórmulas e sim treinar o máximo possível as questões para saber qual a melhor forma de aplicá-las. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Justiça Federal nega pedido de suspensão das provas do Enem

Ocupação nas escolas motivou pedido do MPF na quarta

Ação foi julgada nesta quinta-feira (3) em caráter liminar

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2016 está mantido neste sábado (5) e domingo (6) para cerca de 8,5 milhões de participantes, segundo decisão liminar da Justiça Federal no Ceará divulgada nesta quinta-feira (3).

O Ministério Público Federal do Ceará (MPF-CE) havia solicitado a suspensão das provas, em todo o país, após o Ministério da Educação (MEC) decidir adiar a prova para 191 mil participantes que fariam o teste em escolas ocupadas em protestos contra a reforma do ensino médio e contra a PEC do teto dos gastos. Os afetados farão a prova em 3 e 4 de dezembro.

Na decisão que manteve a realização da prova em duas datas, a juíza Elise Avesque Frota rebate o argumento utilizado pelo procurador da República no Ceará, Oscar Costa Filho, que questionava a quebra de isonomia do exame que passaria a exigir temas distintos de redação para cada um dos grupos.

A juíza argumentou que, "apesar da diversidade de temas que inafastavelmente ocorrerá com a aplicação de provas de redação distintas, verifica-se que a garantia da isonomia decorre dos critérios de correção previamente estabelecidos".

A magistrada se apoiou nos critérios de correção apontados pelo MEC para negar o pedido. "Há ênfase na avaliação do domínio da língua e de outras competências que não têm 'o tema' como ponto central", apontou a juíza na sentença.

RECURSO

O procurador Oscar Costa Filho disse que vai recorrer da decisão e insistir na suspensão da validade da nota da redação até que seja julgado o mérito da questão. Nesta quinta, o procurador propôs essa alternativa à Justiça. Ele deve encaminhar o recurso nesta sexta-feira (24).

Em seu pedido original, o procurador da República no Ceará entendeu que, devido à Teoria de Resposta ao Item (TRI), os candidatos fariam a prova com o mesmo nível de dificuldade, mesmo em datas e com exames diferentes. No entanto, conforme o procurador, a redação com temas diferentes traria desequilíbrio na seleção.

AGU APONTA PREJUÍZO

Em nota, a Advocacia-Geral da União (AGU) diz que o adiamento traria prejuízos financeiros, atrasaria a divulgação das notas e a posterior participação em processos seletivos que usam a nota do Enem como critério.

A divulgação do resultado das provas está marcada para 19 de janeiro.

"A atuação evita que o adiamento da realização da prova coloque em risco o acesso dos estudantes ao ensino superior e poupa os cofres públicos de um prejuízo de R$ 776 milhões – quantia referente ao custo unitário de aplicação da prova (R$ 90) multiplicado pelos mais de oito milhões de candidatos inscritos", disse.

Na terça-feira (1º), a presidente do Inep, Maria Inês Fini, afirmou que a nova prova do Enem, a ser aplicada em dezembro, já foi elaborada e não vai afetar o equilíbrio entre os participantes, pois descarta a possibilidade de uma prova ser mais "difícil" que a outra.

"A prova é equivalente", afirmou ela. A base dessa argumentação é a chamada de Teoria de Resposta ao Item, ou TRI, que é a metodologia usada na correção.

ADIAMENTO

Nesta terça-feira, o Inep anunciou o adiamento da prova em 303 escolas, institutos e universidades que foram alvo de ocupações estudantis e ainda seguiam ocupadas na manhã de terça-feira. No dia 19 de outubro, o ministro da Educação, Mendonça Filho, havia dado um prazo para a desocupação das escolas até as 23h59 de segunda-feira (31). Os estudantes que tiveram o Enem adiado já começaram a ser avisados por SMS e e-mail.

OUTRAS AÇÕES

O mesmo procurador já havia pedido o cancelamento do Exame em 2011, quando houve vazamento de um pré-teste com mais de 20 questões aplicadas na prova.

Em 2012, Costa Filho pediu para cancelar os efeitos da nota de redação do Enem no Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Para o procurador "o desequilíbrio matemático decorrente da associação entre avaliações submetidas a tratamento estatístico (provas objetivas), e avaliações desprovidas dessa qualidade, as quais assumem valores absolutos (provas de redação) frustra o dever de tratamento isonômico que deve ser dispensado aos candidatos".

O pedido foi negado pela Justiça O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou na terça-feira os mais de 300 locais onde não haverá o exame. A medida afeta 191.494 dos 8,7 milhões de inscritos para o Enem. Confira os locais que serão afetados pela mudança no calendário do Enem. (Do G1 CE)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

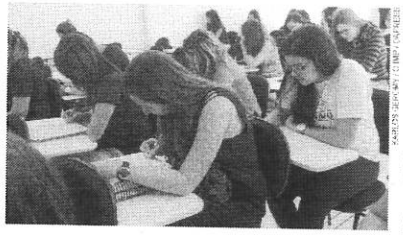
VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

EDUCAÇÃO

Justiça mantém seletivo do Enem 2016

A Justiça Federal no Ceará indeferiu o pedido do procurador da República, Oscar Costa Filho, do Ministério Público Federal (MPF) no Ceará, de adiar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para todos os candidatos do país. Com a decisão da Justiça, a prova está mantida para este fim de semana (5 e 6 de novembro). O procurador pediu o adiamento do exame para todos os candidatos após o Ministério da Educação (MEC) adiar a prova de cerca de 191 mil candidatos que fariam o exame em escolas, universidades e institutos federais ocupados por estudantes em protesto a medidas do governo federal. O exame para esses candidatos foi adiado para os dias 3 e 4 de dezembro.

O procurador argumentou que há prejuízo à isonomia do exame, uma vez que seriam aplicadas provas e temas de redação diferentes para aqueles que forem fazer a prova apenas em dezembro. A Justiça, no entanto, entendeu que "apesar da diversidade de temas que inafastavelmente ocorrerá com a aplicação de provas de redação distintas, verifica-se que a garantia da isonomia decorre dos critérios de correção previamente estabelecidos, em que há ênfase na avaliação do domínio da língua e de outras competências que não têm "o tema" como ponto central".



Estudantes farão as provas do Enem 2016 nos dias 5 e 6 de novembro

O MPF chegou a pedir, como alternativa, que a prova seja mantida, mas que não seja válida a prova de redação até "o julgamento de mérito da demanda, assegurando assim a "igualdade de partes" e a reversibilidade dos efeitos da decisão". A alternativa seria tomar medidas para assegurar que todos os candidatos submetam-se à mesma prova de redação. O pedido alternativo foi também negado.

Em defesa da manutenção do Enem, a Advocacia Geral da União (AGU) argumentou que o adiamento nacional custaria R$ 776 milhões aos cofres públicos. Segundo o MEC, o adiamento de parte dos candidatos custará cerca de R$ 12 milhões.

Adiamento prejudicaria estudantes

De acordo com a AGU, como um número elevado de provas teria que ser corrigido em um curto período de tempo, o adiamento certamente também prejudicaria o acesso dos estudantes ao ensino superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), bem como o cronograma do ano letivo das universidades que utilizam o Enem.

Segundo a AGU, o Enem normalmente já é composto por duas provas aplicadas em datas diferentes. Além do exame regular, a avaliação é feita em um segundo momento pelos estudantes privados de liberdade e aqueles que foram impedidos de participar do certame por desastres naturais, como aconteceu no ano passado em dois municípios de Santa Catarina.

A AGU também defendeu que, embora com temas diferentes, a isonomia das redações está garantida na correção. O resultado da avaliação é definido com base em cinco competências expressas na matriz do Enem, cada uma, avaliada por quatro critérios correspondentes aos conceitos: insuficiente, regular, bom e excelente. Os pontos observados consideram, por exemplo, o domínio da modalidade escrita, a compreensão da proposta da redação e a proposta de intervenção ao problema abordado respeitando os direitos humanos.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Fascículo 16 ENEM
DATA 04 / 11 / 2016	Página 01	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

ENEM O IMPARCIAL

Sigilo e segurança de provas do Enem estão assegurados

Nesta edição, identificação dos candidatos será por biometria para evitar fraudes. Polícia Federal também reforçará logística

O ministro da Educação, Mendonça Filho, tranquilizou os estudantes que se inscreveram no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ao garantir a segurança dos candidatos e o sigilo das provas. Segundo Mendonça Filho, o exame tem uma operação logística grandiosa, que envolve todas as forças de segurança. "É uma prova de grandes dimensões do ponto de vista geográfico e de quantitativo de alunos", destacou. "A logística de segurança é organizada de forma a termos a garantia de que não haverá vazamentos e de que todos vão se submeter à mesma prova, com as mesmas condições de aplicação".

De acordo com o ministro, o cuidado com relação à segurança tem sido acompanhado principalmente pela Polícia Federal, com participação direta das Forças Armadas e das polícias militares nas unidades federativas. Além disso, esta edição do exame traz a novidade da identificação biométrica dos candidatos no momento das provas, de forma a inibir qualquer possibilidade de fraude ou de uma pessoa fazer a prova por outra.

Sobre a ocupação de, aproximadamente, 300 locais de provas, que provocou o adiamento do exame para 191.494 estudantes, o ministro lamentou. "Todos têm o direito de protestar, mas há direitos consagrados, como o de ir e vir e o do direito à educação", disse. "Então, impedir o direito de um jovem de se submeter ao Enem, que é o passaporte para um curso superior, é uma atitude antidemocrática, irracional e que não condiz com a tradição do nosso país."

> A logística de segurança é organizada de forma a termos a garantia de que não haverá vazamentos e de que todos vão se submeter à mesma prova, com as mesmas condições de aplicação
>
> **Mendonça Filho, ministro da Educação**

> Tínhamos um orçamento de R$ 129 bilhões e um contingenciamento de R$ 6,4 bilhões, o que comprometia a execução orçamentária deste ano
>
> **Mendonça Filho, ministro da Educação**

ENSINO MÉDIO

O formato proposto com a reforma do ensino médio tem, segundo o ministro, o objetivo de valorizar o jovem e seu protagonismo, uma vez que permite a ele escolher as disciplinas e conteúdos curriculares para sua formação educacional. O debate é antigo, mas o ministro afirma que está na hora de promover a mudança. "O Brasil está defasado no que diz respeito ao formato do ensino médio", salienta. "Desejamos uma base comum curricular bem definida. Com a nova proposta, os jovens terão a oportunidade de formar seu itinerário formativo e definir prioridades, com ênfase nas áreas de seu interesse", disse Mendonça Filho.

O ministro avaliou as mudanças ocorridas no Ministério da Educação desde que assumiu a pasta, em maio. Segundo ele, o quadro era bastante difícil. "Tínhamos um orçamento de R$ 129 bilhões e um contingenciamento de R$ 6,4 bilhões, o que comprometia a execução orçamentária deste ano", afirmou. "O acúmulo de obras atrasadas e paralisadas chegava a 700 só nos institutos federais e nas universidades."

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de acordo com Mendonça Filho, acumulava um compromisso global, já assumido, de R$ 10,6 bilhões. "Nossa primeira missão, então, foi regularizar e normalizar as condições financeiras do MEC, repactuar contratos, retomar obras e restabelecer uma parceria que estava paralisada com estados e municípios", explicou.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 04	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Irmãos acusados de **pedofilia**

Taylor Silva e Thiago Prazeres foram presos e apresentados pela polícia. Eles foram capturados no bairro da Liberdade

A Secretaria de Segurança Pública (SSP), por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), prendeu e apresentou dois irmãos suspeitos de pedofilia. Foram presos Taylor José Silva Prazeres, 32 anos, e Thiago Silva Prazeres, 29 anos. Segundo a Seic, os dois suspeitos foram presos por conta de mandados de prisões expedidos pela Comarca de São Luís.

Através da internet

O departamento de Combate aos Crimes Tecnológicos da Seic já vinham investigando os dois, que são irmãos. Thiago Silva Prazeres é estudante de psicologia. Ele usou este álibi para atrair as suas vítimas, pedia que as pessoas enviassem fotos sensuais e vídeos íntimos, sendo que, entre as vítimas, estavam algumas adolescentes.

A Seic realizou a prisão dos dois nesta quinta-feira (3), no bairro da Liberdade, em São Luís. No local foram encontradas dezenas de HDs internos, contendo vídeos e fotos das vítimas, inclusive de menores. Eles foram autuados em flagrante delito e dado cumprimento ao mandado de prisão.

FOTOS: REPRODUÇÃO

Taylor José Silva Prazeres e Thiago Silva Prazeres foram presos após operação da Seic

PRISÃO

Traficante condenado é preso na Vila Palmeira

A Polícia Civil, por intermédio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), prendeu, no bairro da Vila Palmeira, Antônio Erasmo Dias dos Santos. Segundo informações policiais, a prisão de Antônio Erasmo foi em decorrência de sentença condenatória de oito anos de reclusão em regime fechado pelos crimes de tráfico de drogas e porte ilegal de arma, expedido pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz.

CRUZEIRO DO ANIL

Homem é executado a tiros perto da feira

Mais um crime com características de execução foi registrado na região metropolitana de São Luís. O caso aconteceu no bairro Cruzeiro do Anil, no início da tarde desta quinta-feira (3). De acordo com informações policiais, um homem identificado como Newton Cunha Ramos Neto foi executado com vários tiros por duas pessoas que estavam em um veículo.

O assassinato ocorreu em uma rua nas proximidades da feira do Anil. A vítima estava no meio da via pública quando foi surpreendida por duas pessoas, que efetuaram disparos. Populares informaram que os autores dos disparos fugiram em um táxi. A Polícia Militar realizou buscas na região e avistou um veículo de cor preta. Durante a aproximação da viatura, os suspeitos empreenderam fuga e o carro chegou a capotar perto da CCPJ do Anil.

Durante a abordagem aos suspeitos, os policiais militares encontraram uma arma de fogo com a dupla. Eles foram detidos e devem ser investigados para saber se têm envolvimento com a execução. Até o fechamento desta edição, os nomes dos suspeitos ainda não tinham sido revelados.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 04 / 11 / 2016	Página 05	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Maranhão é o segundo lugar em roubo de veículos no país

Estado, em 2015, teve aumento de 14,3% em relação ao ano anterior nesse tipo de crime, segundo os números do 10º Anuário, divulgado ontem pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Goiás aparece em primeiro lugar

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

O Maranhão é o segundo estado do país em furto e roubo de veículos, perdendo apenas para Goiás. A cada 1h23 minutos, um carro foi tomado de assalto no ano passado no estado maranhense. Estes dados fazem parte do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado na ontem. O Maranhão teve um aumento de 14,3% no número de roubos de veículos em 2015, em relação a 2014.

Ainda segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no país, durante o ano passado, 509.978 veículos foram alvo de criminosos. No Maranhão, 6.305 foram tomados de assalto e, no ano anterior, 5.082 casos desse tipo de crime foram registrados pela polícia. O estado campeão, Goiás, registrou 28.294 veículos roubados em 2015.

Já os dados da Polícia Civil do Maranhão registraram, somente no primeiro semestre de 2015, 880 crimes desse tipo, e entre estas ocorrências 700 apenas na capital. No mesmo período, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que conseguiu recuperar durante as incursões pelas estradas federais que cortam o estado 133 veículos, entre carros e motocicletas.

Carros roubados recuperados no pátio da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos, na Vila Palmeira

Mais ocorrências

A polícia informou que este ano as ocorrências de roubo e furto de veículos continuam de forma intensa no Maranhão e o maior número é registrado na Região Metropolitana de São Luís. Há dias em que cinco a quatro veículos entre carros e motocicletas são roubados, principalmente nos fins de semana e feriados.

Na noite da segunda-feira, 31, por exemplo, bandidos tenam roubado uma SW4 preta no bairro Cohatrac, e abandonaram o proprietário do veículo em uma área de matagal, no Parque Jair. O superintendente Estadual de Investigações Criminais (Seic), delegado Thiago Bardal, informou que o assaltante teria se passado como comprador do carro, mas acabou praticando o assalto em companhia de outros criminosos.

A polícia começou a investigar o caso e conseguiu prender na noite do dia 1º um dos envolvidos nesse crime, identificado como David Macedo Ferreira, de 23 anos, no bairro Maiobinha, e ainda recuperou o veículo. O delegado declarou que o objetivo dos criminosos era desmanchar o carro e revender as peças para as lojas de sucatas, na Ilha e no interior do estado.

NÚMEROS

6.305
veículos foram tomados de assalto em 2015, contra 5.082 no ano anterior na Ilha

28.294
Foi o número de veículos roubados no estado de Goiás, que deu ao estado o primeiro lugar em 2015

Polícia diz que 133 veículos foram recuperados

Combate

O delegado geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, disse que no estado esse tipo de crime é investigado pela Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), na Vila Palmeira. Ele também declarou que a polícia tem realizado várias ações no combate a onda de criminalidade.

Uma delas é a fiscalização nas lojas de sucatas, que resultou na apreensão de várias peças de carros roubados e até mesmo na prisão de proprietários desses pontos comerciais. Outra medida que o delegado afirmou que vai ser empregada pela polícia ainda no decorrer deste ano é o sistema de rastreamento dos veículos.

O delegado declarou que todos os veículos vendidos passarão a ser monitorados, e todas as peças vendidas também serão monitoradas. Além disso, a polícia vai instalar uma delegacia dentro do Detran, na Vila Palmeira, para vistoriar os veículos que serão emplacados. ●

Polícia prende universitário e seu irmão por pedofilia

Os dois, autuados em flagrante, usavam as redes sociais para adquirir vídeos e fotos íntimas de vítimas sob extorsão; pelo menos seis pessoas foram usadas pelos acusados, inclusive adolescente de 14 anos

O estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Thiago Silva Prazeres, de 29 anos, e seu irmão, Taylor José, de 32 anos, foram presos ontem em casa, no bairro Liberdade, por uma equipe do Departamento de Combate ao Crime Tecnológico (DCCT), órgão ligado à Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), pelo crime de pedofilia, extorsão, ameaça e armazenamento de imagem pornográfica de menor. A polícia afirmou que pelo menos seis pessoas foram vítimas dos acusados.

O chefe do DCCT, delegado Odilardo Muniz, disse que os dois foram presos por ordem judicial. Na casa, foram apreendidas dezenas de HDS com centenas de vídeos e fotos íntimas das vítimas, inclusive de menores, uma delas de 14 anos. "Existe a possibilidade de Thiago Silva ser portador de alguma doença, pois almejava diariamente fotos de suas vítimas de várias formas", declarou o delegado.

Os acusados foram conduzidos para a sede da Seic, no Bairro de Fátima, onde prestaram esclarecimentos e em seguida levados para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, à disposição da Justiça. O material apreendido vai ser submetido a perícia e o resultado será anexado ao inquérito policial.

Bruno Moraes
Thiago Silva Prazeres e Taylor José foram levados para Pedrinhas

Investigação

Odilardo Muniz disse que, no primeiro semestre deste ano, algumas pessoas procuraram a Seic para denunciar que estavam sendo vítimas desses dois acusados. Uma equipe da DCCT começou a investigar e constatou que um homem tinha uma conta no site de relacionamento do Facebook, identificado como Bruno Favarini, e que por meio de bons argumentos conseguia fotos e vídeos sensuais de suas vítimas.

Após conseguir as primeiras imagens, ele começava a extorquir as vítimas, ou seja, exigindo mais fotos sensuais e vídeos íntimos e, se não fosse atendido, divulgaria o material na rede social. "Ele não pedia dinheiro. Só queria mais fotos e vídeos", informou o delegado.

Odilardo Muniz declarou ainda que após esse procedimento foi pedida uma representação judicial para que o site de relacionamento do Facebook concedesse as informações de Bruno Favarini. A polícia, de posse dessas informações, pediu a prisão do acusado e ontem conseguiu cumprir a ordem judicial.

Já Taylor José foi preso por compactuar com as ações ilegais cometidas pelo irmão. Ficou comprovado que a conta da internet estava em seu nome. O delegado disse que Taylor José, além de responder pelo crime de pedofilia, foi autuado por extorsão.

O superintendente da Seic, delegado Thiago Bardal, alertou os pais para que acompanhem seus filhos quando estiverem na internet, principalmente nos casos em que devem enviar dados pessoais, fotos e vídeos. ●

Homem é morto em via pública no Cruzeiro do Anil

Vítima foi atingida por três tiros, um deles na cabeça, disparados por dois homens desconhecidos

Mais um homicídio foi registrado pela polícia na área do Anil, o segundo em menos de três dias. O crime ocorreu na tarde de ontem e teve como vítima Newton Cunha Ramos Neto, idade não revelada, morto a tiros no bairro Cruzeiro do Anil.

O titular do Comando de Policiamento de Área Metropolitana I (CPAM I), coronel Pedro Ribeiro, explicou que a vítima estava em via pública quando foi baleada. Os principais suspeitos foram dois homens não identificados, que fugiram em um táxi. A vítima morreu no local.

Os peritos do Instituto de Criminalística (Icrim) constataram que três atingiram o corpo de Newton Cunha e um deles a cabeça. A motivação do crime não foi revelada, e o caso vai ser investigado pela equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP).

Os investigadores da SHPP também estão investigando a morte de Fernando Ribamar Fonseca, de 35 anos. Ele foi assassinado durante a noite de terça-feira, 1º, na Vila Isabel Cafeteira, área do Anil. A vítima foi baleada por criminosos não identificados e morreu ainda no local.

Divulgação
Newton Cunha, morto a tiros

A guarnição do 9º Batalhão da Polícia Militar foi acionada por meio do Centro Integrado de Segurança (Ciops) e se deslocou até o local do crime, onde isolou a área até a chegada dos peritos do Instituto de Criminalística (Icrim). O corpo foi removido para o Instituto Médico Legal (IML) e, após a autópsia, liberado aos familiares. Até o começo da noite de ontem, não havia registro de prisão dos acusados. ●

Polícia procura tio que matou sobrinho

Crime ocorreu no Dia de Finados, durante um jogo de baralho, quando ocorreu uma discussão

A polícia ainda ontem não tinha conseguido prender um homem identificado como Antônio Francisco Oliveira, o *Toto Vó*, acusado de ter matado a golpes de faca seu sobrinho, conhecido como Francinaldo Silva Oliveira, o França, na quarta-feira, 2, no povoado São Benedito do Deusdete, zona rural de Codó. A vítima e o acusado teriam discutido durante um jogo de baralho.

O caso está sendo investigado pela delegacia de Polícia Civil da cidade, sob a coordenação do delegado Rômulo de Sousa. O delegado informou que já investigadores realizaram várias incursões ontem na zona rural de Codó, mas até a tarde não conseguiram localizar o acusado. "Temos informações de que o suspeito está escondido na região", disse o delegado.

Rômulo de Sousa disse ainda que o acusado e a vítima eram acostumados a jogar baralho na porta de sua residência no fim da tarde. Na última quarta-feira, quando estavam jogando, acabaram discutindo e *Toto Vó* desferiu uma facada na perna do sobrinho.

Ainda segundo o delegado, o golpe atingiu a veia femoral da vítima. Ela ainda foi levada para o Hospital Geral de Codó, mas chegou sem vida. Após o ato criminoso, o acusado fugiu. O corpo da vítima, depois de ser autopsiado, foi liberado para os familiares e ontem sepultado no cemitério desse município.

Mais morte

Também ontem foi sepultado o corpo de Antônio Pereira de Andrade, de 62 anos, no cemitério da cidade de Amarante do Maranhão. A polícia informou que ele foi assassinado a golpes de machado e faca, desferidos por André Pereira dos Santos. O fato ocorreu no povoado Sussuarana, zona rural do município de Amarante, na noite de quarta-feira, 2.

A vítima e o acusado estavam em um bar ingerido bebida alcoólica e em determinado momento discutiram. André Pereira foi a sua residência e ao retornar ao bar desferiu os golpes de machado e facadas na vítima. Uma das facadas atingiu o pescoço de Antônio Pereira, que morreu no local. ●

Integra em oestadoma.com/417528

Detento foragido é capturado pela PM

Preso havia sido beneficiado com a saída de Páscoa em 2015 e não retornou na data definida

Foragido do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, identificado como Arão Souza, de 35 anos, foi recapturado ontem pelos integrantes do Grupo de Serviço Avançado da Polícia Militar, no Residencial Santo Antônio, na área do Maracanã. Ainda de acordo com as informações da polícia, o criminoso é suspeito de vários assaltos nessa localidade em companhia de comparsas.

O comandante do 21º Batalhão da Polícia Militar, major Prado Júnior, disse que os militares ficaram sabendo, por meio de denúncias anônimas, que no residencial estava se escondendo um foragido da Justiça, que teria sido beneficiado com a saída temporária de Páscoa de 2015, e desde essa época estava praticando assaltos na área.

Integra em oestadoma.com/417530

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 12	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Estudante de Psicologia e irmão são presos suspeitos de pedofilia

NELSON MELO

Após seis meses de investigação, a Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) prendeu Taylor José Silva Prazeres, de 32 anos; e seu irmão, Thiago Silva Prazeres, 29, que é estudante de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (Ufma). Eles são suspeitos de pedofilia na internet, quando armazenavam fotos e vídeos íntimos das vítimas. A prisão ocorreu nesta quinta-feira (3).

Thiago, de acordo com o delegado Odilardo Muniz, chefe do Departamento de Combate a Crimes Tecnológicos (DCCT) da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), criou perfis falsos no Facebook, usando fotos de outros homens com estilo de "galãs". Um desses fakes estava em nome de Bruno Favarini, que era usado para atrair adolescentes e também mulheres adultas.

Conforme Muniz, primeiramente, Thiago Prazeres e seu irmão compartilhavam vídeos coletados da internet em que o suposto Bruno Favarini e outros perfis falsos se masturbavam. A partir de então, conseguia a confiança das vítimas, que começavam a enviar fotos e vídeos íntimos aos suspeitos. O delegado Odilardo contou que os irmãos, então, passavam a ameaçar as garotas, na tentativa de extorqui-las.

Eles pediam mais vídeos e fotos às meninas, e, caso não fossem atendidos, ameaçavam veicular nas redes sociais os que já haviam armazenados. Em alguns momentos, disse o delegado, eles também hackeavam contas no Facebook, tendo acesso a bate papos dos usuários. Desesperadas diante das extorsões, algumas vítimas, como dito pelo delegado Tiago Bardal, titular da Seic, teriam cogitado até cometer suicídio por conta da pressão psicológica exercida pelos criminosos.

Bardal frisou que as ações pedófilas ocorrem há aproximadamente três anos, sendo que algumas vítimas procuraram auxílio policial para que se identificassem e prendessem os donos do fakes. Como resultado de representação telemática, da quebra de cadastro de contas do Facebook e outros procedimentos, descobriram os nomes dos suspeitos, que foram localizados na casa em que residem, no bairro da Liberdade, em São Luís.

No imóvel, mencionou o delegado Tiago, os investigadores apreenderam dezenas de HDs externos, que continham inúmeros vídeos e fotos de adolescentes e outras vítimas despidas. Além de um livro sobre serial killers, que era uma obra de cabeceira de Thiago, que já estava no 10º período e, provavelmente, iria colar grau no próximo mês. O chefe da Seic expressou que um mandado de prisão preventiva expedido contra os irmãos foi cumprido, também, pela Polícia Civil.

Os dois foram autuados por extorsão e com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Bem como lavraram o auto de prisão pelo artigo 154 da Lei 12.737/2012, que ficou conhecida como "Lei Carolina Dieckman".

À tarde, os irmãos foram apresentados no auditório da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/MA), que contou com a participação de Tiago Bardal, Odilardo Muniz e do delegado-geral Lawrence Melo. Além da subdelegada-geral Adriana Amarante.

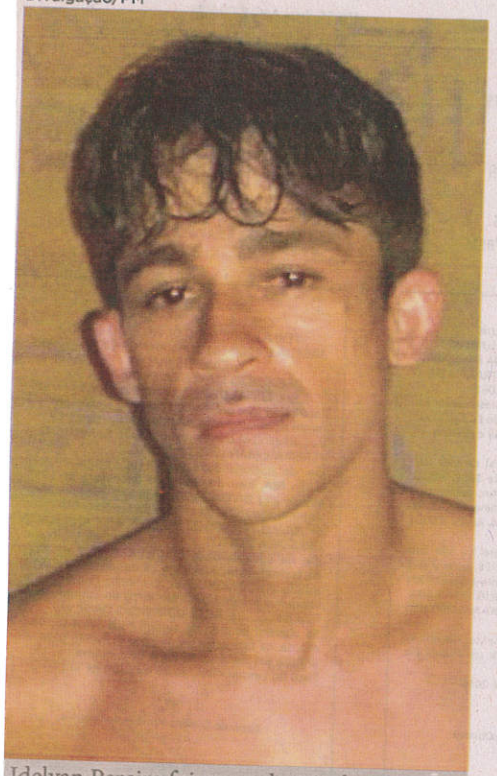
G. Ferreira

Após serem presos, Taylor José e Thiago Silva foram apresentados na Secretaria de Segurança

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 12	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Divulgação/PM



Idelvan Pereira foi preso depois de torturar sua mulher na Vila Ariri

Na Vila Ariri

Homem tortura sua mulher com choque e espancamento

Policiais do 1º Batalhão de Polícia Militar (Bpm) prenderam, na manhã de ontem (3), Idelvan Pereira Ferreira, de 25 anos, na Vila Ariri, eixo Itaqui-Bacanga, em São Luís, por ter torturado sua mulher, de 28 e que trabalha como vendedora ambulante na região central da cidade. O suspeito teria cortado o cabelo dela e ainda aplicado choque elétrico na vítima, durante a madrugada.

Segundo o cabo Tavares, lotado no Grupo Tático Móvel (GTM) da Ronda Ostensiva com o Apoio de Motocicletas (Rocam), a mulher, assim que adentrou na casa do seu companheiro, foi impedida de sair, sendo iniciada a sessão de tortura. Molhada e despida, ela teria sido submetida a choque elétrico. Em um determinado momento, ela ainda travou uma luta corporal com Idelvan, que é conhecido como "Velho", para retirar uma faca de suas mãos.

Por volta das 4h, narrou o militar, ela conseguiu escapar da residência, e, logo cedo, procurou auxílio no 5º Distrito Policial (DP), Anjo da Guarda, cujo titular, o delegado Walter Wanderley, citou que a vendedora possuía vários cortes nas mãos e, no decorrer das horas de terror, ainda levou mordidas do seu marido. Ele descreveu que uma equipe do 1º BPM seguiu ao imóvel de "Velho" e conseguiu prendê-lo ainda dentro do domicílio, sendo que o suspeito se comportava como se nada tivesse acontecido.

No interior da casa, a guarnição apreendeu um facão, uma faca, uma arma de fogo de fabricação caseira, um celular e pedaços de cabelos cortados da vítima, como informou o comandante do 1º BPM, tenente-coronel Edivaldo Mesquita. No distrito policial do Anjo da Guarda, o delegado o autuou por tentativa de homicídio, tortura e cárcere privado. Conforme apuraram, ela e o suspeito ainda moravam juntos, mas estariam separados, e iriam resolver questões referentes à divisão de bens. (NELSON MELO)

Foragido de saída temporária é recapturado em sua residência

Foi recapturado, no fim da manhã desta quinta-feira (3), Arão Sousa, de 35 anos, que já era considerado foragido por não ter retornado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas após a saída temporária da Páscoa do ano passado. De acordo com esclarecimentos do 21º Batalhão de Polícia Militar (BPM), ele estava em sua casa, na região do Maracanã, zona rural de São Luís.

Comandante do 21º BPM, major Prado Júnior explicou que o Grupo de Serviço Avançado (GSA) encontrou Arão por volta das 11h30, na Rua 9, Quadra 17, Residencial Santo Antônio, naquela área. Em desfavor do criminoso, havia em aberto um mandado de prisão decretado. Ademais, ele estaria envolvido em vários assaltos na BR-135.

Depois de localizado, Arão foi encaminhado ao 12º Distrito Policial (DP), Distrito Industrial, para que pudesse ser levado de volta ao Complexo de Pedrinhas. (NM)

Divulgação

Nilton Cunha caiu morto após ser atingido por cerca de três tiros

Entregador de água é morto a tiros no Cruzeiro do Anil

Pouco antes das 13h desta quinta-feira (3), Nilton Cunha Ramos Neto foi morto na porta de um comércio, na Rua do Fio, no bairro do Cruzeiro do Anil, na capital maranhense. Segundo apurado pelo Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), o homem estava descarregando galões de água, quando os suspeitos se aproximaram e o assassinaram a tiros.

O Ciops, conforme verificado com uma guarnição da 1ª Companhia do 8º Batalhão de Polícia Militar (BPM), revelou que Nilton teria levado ao menos três tiros no peito, morrendo no local. Outro homem, de nome Aldivan Silva Nascimento, que estava no comércio para comprar galão de água, também foi atingido pelos disparos, mas foi encaminhado a um hospital assim que os autores dos tiros desapareceram. (NM)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
(X) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 04 / 11 / 2016	Página 01	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

1.605 veículos roubados na Ilha

Roubo de veículos aumentou 14,3% no Maranhão, aponta levantamento da 10ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Peritos estão sendo capacitados para combater crimes

O Maranhão teve aumento de 14,3% nas ocorrências de roubos e furtos de veículos. Este dado é referente ao ano de 2015 comparado com 2014. O estado perdeu apenas para Goiás (16,5%) no ranking nacional. As informações são da 10ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

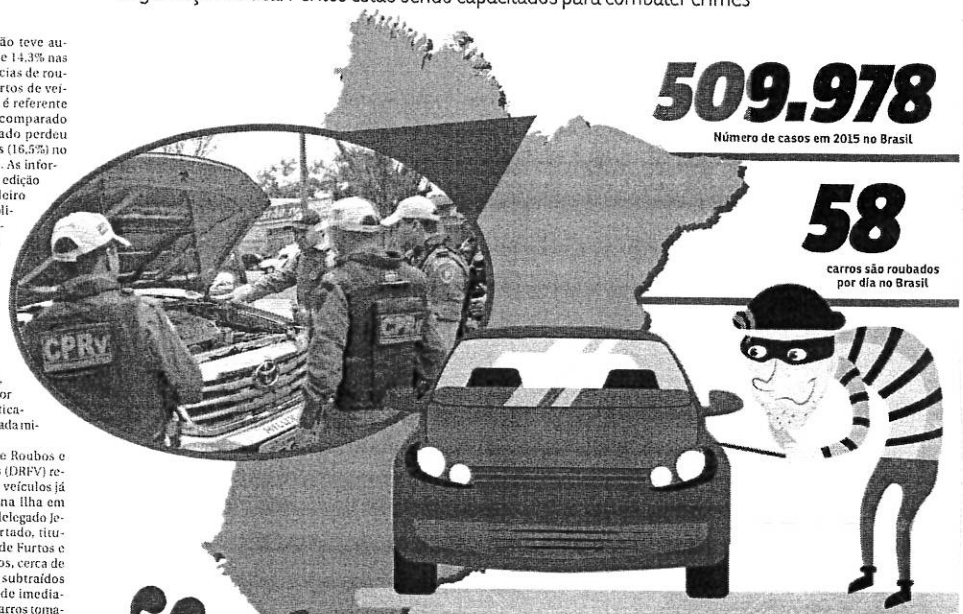
No Brasil, em 2015, foram registrados 509.978 crimes desta natureza, média de quase 1.400 por dia, equivalente a 58 por hora, ou seja, praticamente um caso a cada minuto.

A Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV) registrou que 1.605 veículos já foram roubados na Ilha em 2016. Segundo o delegado Jeffrey de Paula Furtado, titular da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, cerca de 60% dos veículos subtraídos são recuperados de imediato, visto que são carros tomados de seus proprietários para serem usados na prática de outros crimes como assalto, e depois abandonados. "Em outros casos, são retirados pertences dos veículos 'depenados' e abandonados com o que restar, assim como tem veículos que são adulterados e levados para venda no interior ou em outros estados da federação", afirmou.

Somente no primeiro semestre do ano passado, foram registrados na delegacia 880 crimes deste tipo, sendo 700 só em São Luís. No mesmo período, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que apreendeu 133 veículos em todo o Maranhão. No dia 26 de agosto deste ano, **O Imparcial** fez uma reportagem mostrando que os roubos e furtos de veículos automotores continuam tirando a tranquilidade da população, embora se registre uma ligeira redução na ocorrências deste tipo de ilícito penal, na região metropolitana de São Luís. Nos sete primeiros meses do ano até o dia 26 de agosto, foram subtraídos 1.605 veículos entre automóveis e motocicletas.

Conforme o delegado Jeffrey de Paula, os roubos de carros ficaram bastante sofisticados, tendo os ladrões se esmerado nas adulterações da numeração alfa numérica, que possibilita a imediata identificação do veículo, sendo necessário trabalho bastante efetivo dos peritos da Polícia Técnica para recuperar tal numeração. "Em algumas ocasiões, este trabalho não apresenta o resultado desejado, o que prejudica na devolução do veículo para o dono, que fica impossibilitado deprovar que aquela veículo, realmente lhe pertence, principalmente as motocicletas", disse o delegado na época.

Durante a entrevista, Jeffrey de Paula afirmou ainda a **O Imparcial** que a tecnologia está ajudando muito no trabalho da Polícia Judiciária, visto que, ao receber a comunicação do roubo do veículo, o registro é lançado no sistema do Sigo e feito o seu automático bloqueio, o que dificulta a sua venda para pessoas bem intencionadas. "No cadastro, consta todo histórico do veículo, até mesmo depois de recuperado."

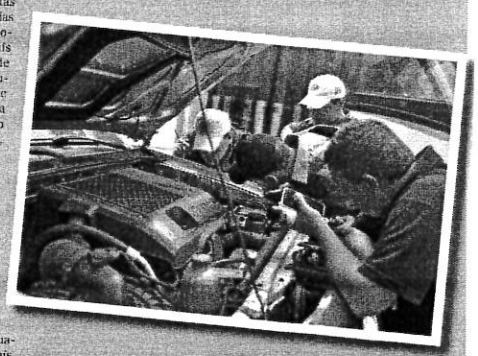


> O curso é importante porque temos uma rotina de fiscalização de automóveis intensa. Fazemos muitas abordagens e verificamos mais as questões que envolvem placa ou gravação de vidros. Com essa capacitação estamos aprendendo outras técnicas para realizar um trabalho diferenciado e seguro
>
> **Pablyo Mendes.** soldado da Polícia Militar do Maranhão

Chassi e motor raspados

As motocicletas furtadas ou roubadas na região metropolitana de São Luís são os veículos de mais difícil recuperação, em face da grande maioria ser levada para o interior do estado, onde têm as numerações do chassi e do motor raspadas, impossibilitando a identificação do proprietário, que fica sujeito à perda total, visto que a Polícia não tem como devolver, diante da falta de provas da propriedade.

O delegado Jeffrey de Paula informou que a Polícia Civil e a Polícia Militar estão desenvolvendo trabalho preventivo, que está inibindo as ações dos "puxadores" (ladrões) de veículos nos quatro municípios da Ilha de São Luís, razão pela qual nos últimos quatro meses se registrou acentuada queda no número de registros dos delitos desta etiologia.



Capacitação

Os agentes do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) estão participando do Curso de Identificação Veicular e Documental. O objetivo da capacitação é identificar e coibir crimes de falsificação de documentos, roubo, furto e receptação de veículos. O curso é dividido em aulas práticas e teóricas e foi iniciado no dia 31 de outubro. A capacitação será encerrada hoje.

Ontem, várias barreiras foram montadas nas avenidas de São Luís, onde os participantes puderam verificar a maneira como cada componente de segurança do veículo se apresenta, como, por exemplo: chassi, placas, motores e vidros. Além das barreiras policiais, os alunos também participaram de uma atividade prática na sede da empresa VIP Leilões, localizada na BR-135. No pátio de veículos recolhidos, a turma realizou a inspeção em carros e motos flagrados pela Polícia Militar em operações realizadas nos últimos meses.

Para o capitão da Companhia de Polícia Militar Rodoviária Independente (CPRv-Ind) e coordenador do Curso de Identificação Veicular e Documental, Rômulo Reis, as atividades práticas são fundamentais na formação. "É na parte prática que o agente aprende a diferenciar um carro original de um adulterado. Com isso, o profissional realiza uma abordagem mais completa e contribui para a retirada de carros adulterados ou roubados das ruas", afirmou o capitão. "O curso é importante porque temos uma rotina de fiscalização de automóveis intensa. Fazemos muitas abordagens e verificamos mais as questões que envolvem placa ou gravação de vidros. Com essa capacitação, estamos aprendendo outras técnicas para realizar um trabalho diferenciado e seguro", afirmou o soldado da Polícia Militar do Maranhão, Pablyo Mendes. "Trabalho na vistoria do Detran há muitos anos e acho necessária essa reciclagem. Aprendi técnicas diferenciadas no que diz respeito à identificação veicular e ainda vamos aprender sobre a identificação documental que faz parte do nosso dia a dia", disse Martinho Mota, vistoriador do Detran.

Além dos agentes dos setores de Trânsito, Vistoria e Emplacamento do Detran, também participam da capacitação membros da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes. A segunda turma do Curso de Identificação Veicular e Documental será realizada no período de 7 a 11 de novembro.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos (X) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 04/11/2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Armas e drogas são apreendidas em Colinas e Imperatriz

Dando ênfase às ações no combate à criminalidade no interior do Maranhão, a Polícia Civil realizou duas prisões e apreendeu armas e munições. Em Imperatriz foi preso Idemar Costa e Silva. Com ele foi apreendido uma pistola 9mm, uma garrucha com capacidade para duas munições, dezenas de munições de vários calibres, colete balístico, dezenas de facas, canivetes e punhais. Já no município de Colinas, em operação conjunta entre a Polícia Civil e Militar, Fábio da Silva Serafim foi detido com duas espingardas, um revólver e diversas munições.

Em Imperatriz, a delegacia de homicídios, subordinada à Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (Shpp), após monitoramento prendeu o acusado Idemar Costa e Silva, conhecido como "Alemão". Contra o suspeito lhe é imputado o crime de posse irregular de arma de fogo, de uso restrito, tipificado no Art. 16, da Lei n 10.826/2003.

Em Colinas, Fábio da Silva Serafim, conhecido como "Moleque Doido", foi preso após cumprimento de mandado de busca e apreensão. Ele foi preso pelos crimes de tráfico de drogas, porte e posse ilegal de arma de fogo. Conforme investigação da Polícia Civil, era ele quem comandava o tráfico de drogas em Colinas. Fábio da Silva Serafim será encaminhado para o Complexo Penitenciário, onde permanecerá preso e à disposição da Justiça.

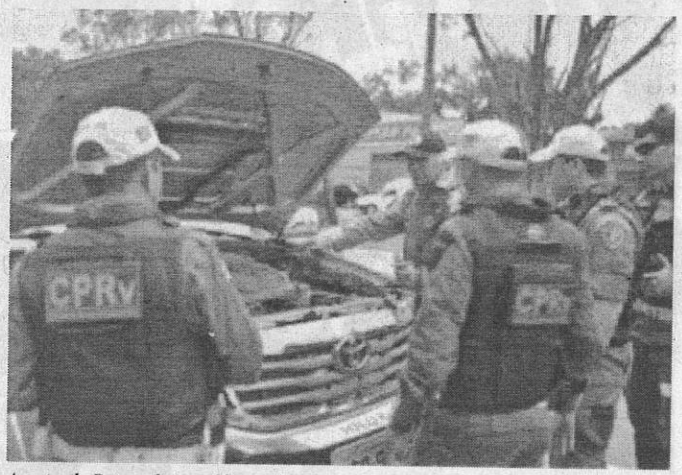
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos (X) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Detran capacita agentes para combater crimes de roubo e furto de veículos

Os agentes do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) estão participando do Curso de Identificação Veicular e Documental. O objetivo da capacitação é identificar e coibir crimes de falsificação de documentos, roubo, furto e receptação de veículos. O curso é dividido em aulas práticas e teóricas e foi iniciado no dia 31 de outubro. Durante esta quinta-feira (3), os agentes que estão inscritos no curso participaram de blitz envolvendo os conhecimentos. A capacitação será encerrada nesta sexta-feira (4).

Durante esta quinta-feira, várias barreiras foram montadas nas avenidas de São Luís, onde os participantes puderam verificar a maneira como cada componente de segurança do veículo se apresenta, como por exemplo: chassi, placas, motores e vidros. Além das barreiras policiais, os alunos também participaram de uma atividade prática na sede da empresa VIP Leilões, localizada na BR-135. No pátio de veículos recolhidos, a turma realizou a inspeção em carros e motos flagrados pela Polícia Militar em operações realizadas nos últimos meses.



Agentes do Detran durante blitz realizada na quinta-feira envolvendo os conhecimentos adquiridos no Curso de Identificação Veicular e Documental

Para o capitão da Companhia de Polícia Militar Rodoviária Independente (CPRV-Ind) e coordenador do Curso de Identificação Veicular e Documental, Rômulo Reis, as atividades práticas são fundamentais na formação. "É na parte prática que o agente aprende a diferenciar um carro original de um adulterado. Com isso, o profissional realiza uma abordagem mais completa e contribui para a retirada de carros adulterados ou roubados das ruas", afirmou o capitão.

"O curso é importante porque temos uma rotina de fiscalização de automóveis intensa. Fazemos muitas abordagens e verificamos mais as questões que envolvem placa ou gravação de vidros. Com essa capacitação estamos aprendendo outras técnicas para realizar um trabalho diferenciado e seguro", afirmou o soldado da Polícia Militar do Maranhão, Pablyo Mendes.

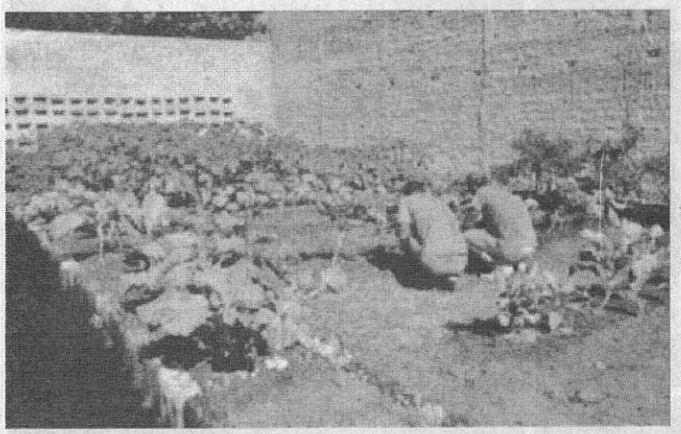
"Trabalho na vistoria do Detran há muitos anos e acho necessária essa reciclagem. Aprendi técnicas diferenciadas no que diz respeito à identificação veicular e ainda vamos aprender sobre a identificação documental que faz parte do nosso dia a dia", disse Martinho Mota, vistoriador do Detran.

Além dos agentes dos setores de Trânsito, Vistoria e Emplacamento do Detran, também participam da capacitação membros da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes. A segunda turma do Curso de Identificação Veicular e Documental será realizada no período de 7 a 11 de novembro.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos (X) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 04 / 11 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Governo entrega duas novas oficinas de trabalho destinadas aos internos do sistema prisional



Internos cultivam hortaliças em unidade no interior do Maranhão

Mais duas oficinas de trabalho destinadas aos presos do Maranhão serão inauguradas, na quinta-feira (3), nas Unidades Prisionais de Ressocialização (UPRs) de Timon e Caxias. Tratam-se das fábricas de confecção de chinelos, que funcionará em Caxias, e de vassouras feitas de garrafas pet, que operará em Timon. Os empreendimentos correspondem às ações do Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), com foco na profissionalização de detentos.

Em cada um dos estabelecimentos serão devidamente capacitados, pelo menos, 10 internos. Os custodiados, previamente selecionados pelos setores de Trabalho e Renda e Psicossocial da Seap, serão instruídos durante uma semana a operarem as fabricas, garantindo, assim, a produção diária das vassouras e chinelas.

O empreendimento de confecção de chinelas faz parte do projeto 'Calçando sonhos' e o de produção das vassouras de garrafas pet corresponde ao 'Renovar para reciclar', ambos desenvolvidos pela Supervisão de Trabalho e Renda da Secretaria. A proposta é estender as ações para outras unidades prisionais do estado.

"No total já está em operação duas fábricas de vassouras de garrafas pet e com mais essa de Caxias vamos para a terceira e com a de Timon, vamos para a segunda fábrica de chinelas funcionado no sistema. A meta é abrir mais oficinas de trabalhos nas unidades", afirmou Grazielle Bacellar, supervisora de Trabalho e Renda.

As outras duas unidades que receberam a fábrica de vassouras foram as UPRs São Luís 6, antigo CDP de Pedrinhas, e a de Itapecuru-Mirim. Em relação a fábrica de chinelas existe uma instalada na UPR São Luís 2, antigo CCPJ de Pedrinhas. Com mais esses dois novos empreendimentos, chegam a 71 o número de oficinas em funcionamento no Sistema Penitenciário do Maranhão.

Oficinas - As oficinas em operação no Sistema Penitenciário do estado vão desde a confecção de jarros de cimento à fábrica de blocos de concreto e meio fio. Hoje na UPR São Luís IV, os internos trabalham na fábrica de almofadas. Duas padarias estão em funcionamento nas UPR's do Olho d'Água e Feminina, onde também funcionam o projeto "Mãos de Fada", além da produção de artesanato, pintura, bordado e crochê, corte e costura, mosaico, manicure e pedicure e confecção de bijuterias.

Nas unidades prisionais do interior, como a UPR de Imperatriz, funciona o projeto "Raiar da Liberdade", que consiste na montagem de rodas de bicicletas e motos. Outra importante ocupação possibilitada aos internos que cumprem penas em estabelecimentos do interior é o cultivo de hortaliças. Em cada uma das 36 unidades prisionais o manuseio de hortas faz parte do dia a dia dos apenados que, entre outras atividades, também se ocupam com a produção de artesanatos em gesso.

Trabalho - Atualmente, segundo dados da Supervisão de Trabalho e Renda da Seap, são 1668 presos trabalhando no Sistema Penitenciário do Maranhão. A estimativa é que até o fim do ano esse número aumente para aproximadamente 2 mil internos envolvido com ações de trabalho.